

ANÁLISES INTERFRÁSTICAS E GRAMÁTICAS DE TEXTO

19

Na sua fase inicial, que vai, aproximadamente, desde a segunda metade da década de 1960 até meados da década de 1970, a Linguística Textual teve por preocupação básica, primeiramente, o estudo dos mecanismos interfrásticos que são parte do sistema gramatical da língua, cujo uso garantiria a duas ou mais sequências o estatuto de texto. Entre os fenômenos a serem explicados, contavam-se a correferência, a pronominalização, a seleção do artigo (definido/indefinido), a ordem das palavras, a relação tema/tópico – rema/ comentário, a concordância dos tempos verbais, as relações entre enunciados não ligados por conectores explícitos, diversos fenômenos de ordem prosódica, entre outros. Os estudos seguiam orientações bastante heterogêneas, de cunho ora estruturalista ou gerativista, ora funcionalista.

O texto era então concebido como uma “frase complexa”, “signo linguístico primário” (Hartmann, 1968), “cadeia de pronominalizações ininterruptas” (Harweg, 1968), “sequência coerente de enunciados” (Isenberg, 1971), “cadeia de pressuposições” (Bellert, 1970).

No estudo das relações que se estabelecem entre enunciados, deu-se primazia às relações referenciais, particularmente à correferência, considerada um dos principais fatores da coesão textual. E, ao caso, por exemplo, de Harweg (1968), segundo o qual são os pronomes que vão constituir uma sequência de frases em texto. O termo pronome é aqui tomado numa acepção bem ampla, ou seja, toda e qualquer expressão linguística que retoma, na qualidade de *substituens*, outra expressão linguística correferencial (*substituendum*). O texto é resultado, portanto, de um “múltiplo referenciamento”, daí a definição de texto como uma sucessão de unidades linguísticas constituída mediante uma *concatenação pronominal ininterrupta*.

Assim, nesse momento, o estudo das relações referenciais limitava-se, em geral, aos processos correferenciais (anafóricos e catafóricos), operantes entre dois ou mais elementos textuais – a que Halliday & Hasan (1976) chamavam de pressuponente e pressuposto. Pouco se mencionavam, ainda, os fenômenos remissivos não correferenciais, as anáforas associativas e indiretas, a dêixis textual e outros que hoje constituem alguns dos principais objetos de estudo da Linguística Textual. Contudo, autores alemães, como Isenberg (1968) e Vater (1979), já faziam referência às anáforas de tipo associativo, em exemplos como:

- (1) Ontem houve um casamento. A *noiva* usava um longo vestido branco. (Isenberg, 1968)
- (2) Pedro me molhou todo. A *água* me escorria pelo corpo abaixo. (Isenberg, 1968)
- (3) Era um belo povoado. A *igreja* ficava numa colina. (Vater, 1979)

Pouco se levava em conta, também, a possibilidade de retomada anafórica de porções textuais de maior ou menor extensão, como acontece com muita frequência quando do uso de demonstrativos, geralmente neutros (isto, isso, aquilo, o), conforme os exemplos:

- (4) Naquele dia, ele recebeu um telegrama, comunicando-lhe a volta da noiva, que se achava no exterior. *Isso* renovou-lhe o ânimo abatido.
- (5) Após a longa discussão que teve com a mulher, Jorge saiu de casa para esporecer. Ao voltar, encontrou-a caída no chão do banheiro, ao lado de um vidro de sedativos. Devia tê-*lo* adivinhado, não era a primeira vez que *isto* acontecia!

Como, na construção de um texto, o movimento de retroação, de retomada, é necessariamente acompanhado de outro, o de progressão, muitos autores debruçaram-se sobre os tipos de relação (encadeamentos) que se estabelecem entre enunciados, especialmente quando não assinaladas por conectores, bem como a articulação tema-remata (na perspectiva da Escola Funcionalista de Praga), a seleção dos artigos em enunciados contíguos, e assim por diante. Não

é de admirar, portanto, que as pesquisas se concentrassem prioritariamente no estudo dos recursos de coesão textual (a propriedade de *cohere, hang together*), a qual, para eles, de certa forma, englobava o da coerência, nesse momento entendida como mera propriedade ou característica do texto.

AS GRAMÁTICAS DE TEXTO

Ainda nessa primeira fase da Linguística Textual, a partir da ideia de que o texto seria simplesmente a unidade linguística mais alta, superior a sentença, surgiu, particularmente (mas não só) entre os linguistas de formação gerativista, a preocupação de construir gramáticas textuais, por analogia com as gramáticas da frase. Isto é, tratava-se de descrever categorias e regras de combinação da entidade T (texto) em L (determinada língua). As tarefas básicas de uma gramática do texto seriam as seguintes:

21

- a) verificar o que faz com que um texto seja um texto, ou seja, determinar seus princípios de constituição, os fatores responsáveis pela sua coerência, as condições em que se manifesta a textualidade;
- b) levantar critérios para a delimitação de textos, já que a completude é uma de suas características essenciais;
- c) diferenciar as várias espécies de textos.

Passou-se a postular a existência de uma competência textual à semelhança da competência linguística chomskyana, visto que todo falante de uma língua tem a capacidade de distinguir um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados, competência que é também especificamente linguística, em sentido amplo: qualquer falante é capaz de parafrasear, de resumir um texto, de perceber se está completo ou incompleto, de atribuir-lhe um título, ou de produzir um texto a partir de um título dado.

Abandonava-se, assim, o método ascendente – da frase para o texto. E, a partir da unidade hierarquicamente mais alta – o texto –, pretende-se chegar, por meio da segmentação, às unidades menores, para, então, classificá-las. Contudo, tem-se claro que a segmentação e a classificação só poderão ser realizadas, desde que não se perca a

função textual dos elementos individuais, tendo em vista que o texto não pode ser definido simplesmente como uma sequência de cadeias significativas. O texto é considerado o signo linguístico primário, atribuindo-se aos seus componentes o estatuto de signos parciais (Hartmann, 1968).

Dentro desta perspectiva, portanto, o texto, visto como a unidade linguística hierarquicamente mais elevada, constitui uma entidade do sistema linguístico, cujas estruturas possíveis em cada língua devem ser determinadas pelas regras de uma gramática textual. Exemplos destas gramáticas são as postuladas por Weinrich (1964, 1971, 1976), Petöfi (1973) e Van Dijk (1972).

22 Harald Weinrich, estruturalista, teve sempre em mira a construção de uma gramática textual. Em seus trabalhos preconiza a construção de uma *macrossintaxe do discurso*, com base no tratamento textual de categorias gramaticais, como, por exemplo, os artigos, os tempos verbais, certos advérbios, aos quais dedicou grande parte de seus estudos (1964, 1969, 1976). Postula como método heurístico o da “partitura textual”, que consiste em unir a análise por tipo de palavras e a estrutura sintática do texto num só modelo, como se se tratasse de “uma partitura musical a duas vozes”. Como estruturalista, define o texto como uma sequência linear de lexemas, e morfemas que se condicionam reciprocamente e que, também reciprocamente, constituem o contexto. Isto é, o texto é uma “estrutura determinativa”, onde tudo está necessariamente interligado. Assim sendo, para ele, toda linguística é necessariamente linguística de texto.

Em 1982, após longos anos de pesquisa, veio à luz sua *Gramática textual da língua francesa (Textgrammatik der französischen Sprache)*, e, em 1993, a *Gramática textual da língua alemã (Textgrammatik der Deutschen Sprache)*, nas quais o autor concretiza a ideia acalentada havia tantos anos de elaborar gramáticas textuais. Cabe lembrar que seus estudos sobre os tempos verbais tiveram grande aceitação e são, até hoje, de grande valia para a compreensão do funcionamento dos textos (cf. Koch, 1984, 1989, 1992).

O modelo de Janos Petöfi consta de uma base textual, que consiste em uma representação semântica indeterminada com respeito às manifestações lineares do texto, as quais são determinadas pela parte transformacional. Segundo ele, este modelo torna possível: a) a análise de textos, isto é, a atribuição a uma manifestação linear, de

todas as bases textuais possíveis; b) a síntese de textos, ou seja, a geração de todas as bases textuais possíveis; c) a comparação de textos. De suma relevância no modelo é o léxico, com suas representações semânticas intensionais.

Para Petöfi, contudo, a gramática textual deveria constituir apenas um dos componentes de sua teoria do texto, que previa também um componente contextual, formado por um subcomponente semântico-extensional, responsável pela interpretação semântica, e um subcomponente pragmático, relativo às questões de produção/recepção de textos. Essa teoria, desenvolvida a partir de 1973 e a que denomina TeSWeST (TextstrukturWeltstruktur), ou seja, da Estrutura do Texto/Estrutura do Mundo, está centrada na relação entre a estrutura de um texto e as interpretações extensionais (em termos de mundos possíveis) do mundo (ou complexo de mundos) que é textualizada em um texto.

Teun van Dijk (1972), que, tendo sido um dos pioneiros da Linguística Textual, tem uma trajetória extremamente rica dentro dos estudos do texto/discurso, conforme veremos mais adiante, dedicou-se, também, nesse período, à construção de gramáticas textuais, levantando a favor destas os argumentos seguintes:

- 1) Cabe à teoria linguística em geral e às gramáticas textuais em particular dar conta da estrutura linguística de enunciados completos, isto é, também de enunciados constituídos de sequências de frases.
- 2) Existem propriedades gramaticais além do limite das sentenças, por exemplo, as relações semânticas entre elas.
- 3) O estudo do texto/discurso permite chegar a generalizações sobre as propriedades de períodos compostos e de sequências de frases.
- 4) Certas propriedades linguísticas fazem parte de unidades suprassentenciais, como, por exemplo, fragmentos de texto, parágrafos, sequências, bem como a macroestrutura textual.
- 5) O relacionamento entre gramática e pragmática pressupõe uma descrição gramatical tanto de sequências de frases, como de propriedades do discurso como um todo, para dar conta de fenômenos como a relação entre atos de fala e macroatos de fala.

- 6) Uma gramática textual fornece uma base mais adequada para um relacionamento mais sistemático com outras teorias que se ocupam do discurso, como a estilística, a retórica, a poética, entre outras.
- 7) Uma gramática de texto oferece melhor base linguística para a elaboração de modelos cognitivos do desenvolvimento, produção e compreensão da linguagem.
- 8) Uma gramática textual fornece melhor base para o estudo do texto e da conversação em contextos sociais interacionais e institucionais, bem como para o estudo dos tipos de discurso e usos da linguagem entre culturas.

24

Seu modelo de gramática textual apresenta três características principais:

- 1) insere-se no quadro teórico gerativo;
- 2) utiliza em grande escala o instrumental teórico e metodológico da lógica formal;
- 3) busca integrar a gramática do enunciado na gramática do texto, sustentando, porém, que não basta estender a gramática da frase (“extended S-grammar”), como faziam muitos autores da época, mas que uma gramática textual tem por tarefa principal especificar as estruturas profundas a que denomina macroestruturas textuais.

Para ele, é a macroestrutura profunda que explicita a coerência do texto, sua estrutura temático-semântica global. Trata-se da estrutura subjacente abstrata ou “forma lógica” do texto, que define a significação do texto como um todo. Já a microestrutura é a estrutura superficial do texto, constituída por um n-tuplo ordenado de frases subsequentes. Uma gramática textual gerativa seria, portanto, um algoritmo que gera infinitas estruturas textuais profundas.

A PERSPECTIVA SEMÂNTICA

Além de Van Dijk, Petöfi e quase todos os estudiosos que se dedicaram à construção de gramáticas textuais – às quais não poderia faltar um componente semântico, representado, em geral, nas gramá-

ticas por eles propostas, pelas macroestruturas profundas –, também outros estudiosos da época deram às suas pesquisas uma orientação semântica, como foi o caso de Dressler 1970 (1972), Brinker (1973), Rieser (1973, 1978) e Viehweger (1976, 1977), entre outros.

Assim, são diversos os autores que tratam de fenômenos semânticos, como as cadeias isotópicas, as relações semânticas entre enunciados do texto não ligados por conectores etc., e/ou definem o texto como sequência coerente de enunciados (Isenberg, 1970), cadeia de pressuposições (Bellert, 1970). Todavia, a coerência de que falam, embora comece a diferenciar-se da coesão, é ainda apenas a coerência sintático-semântica. Charolles (1978), por exemplo, apresenta quatro condições ou macrorregras de coerência textual, a saber:

- 1) repetição – para que um texto possa ser considerado coerente, ele deve conter, em seu desenvolvimento linear, elementos de recorrência estrita;
- 2) progressão – para ser coerente, deve haver no texto uma contribuição semântica permanentemente renovada, pelo contínuo acréscimo de novos conteúdos;
- 3) não contradição – para que um texto seja coerente, é preciso que, no seu desenvolvimento, não se introduza nenhum elemento semântico que contradiga um conteúdo posto ou pressuposto por uma ocorrência anterior, ou dedutível dela por inferência;
- 4) relação – um texto será coerente se todos os seus enunciados – e os fatos que denotam no mundo nele representado – estiverem, de alguma forma, relacionados entre si.

Posteriormente, Charolles (1979) propõe o acréscimo da metarregra de macroestrutura, tomada de empréstimo a Van Dijk.

Dressler (1970, 1972), por sua vez, considera arbitrário estabelecer limites rígidos entre sintaxe e semântica e postula que a semântica é que deve constituir o ponto de partida. À semântica do texto cabe explicar a representação da estrutura do significado de um texto ou de um segmento deste, particularmente as relações de sentido que vão além do significado das frases tomadas isoladamente.

Em seu modelo de geração de textos, dedica atenção especial ao tema do texto, que, segundo ele, está em relação com o significado

global – a base T-semântica –, mediante um desenvolvimento temático e uma coesão semântica. Essa base, conforme o autor, contém elementos do campo nominal – papéis (*roles*) e personagens da ação (*dramatis personae*) –, para cuja descrição recorre aos casos semânticos profundos, tal como formulados por Fillmore (1968), bem como elementos do campo verbal, como modo, tempo e aspecto, retomando, para tanto, a distinção feita por Weinrich entre “mundo comentado” e “mundo narrado” (cf. Koch, 1984, 1989, 1992).

Também Brinker (1973), Rieser (1973, 1978) e Viehweger (1976, 1977) postulavam que na superfície textual apenas poderia ser encontrada parte do sentido de um texto, mas nunca a totalidade de suas informações semânticas, já que para isto é indispensável reportar-se à sua estrutura semântica de base; ou seja, que as estruturas de superfície constituem formas de atualização derivadas de estruturas semânticas profundas. Baseados nessa convicção, esses autores afirmam que os articuladores de natureza sintática funcionam apenas como marcas suplementares, facultativas, que atuam como facilitadoras da compreensão para o interlocutor. Em suas análises recorrem ora à lógica formal, ora à gramática de valências ou à semântica de predicados.